

Berta Cabral afirma que há já um novo modelo de transporte marítimo nos Açores

A Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infra-estruturas, Berta Cabral, defendeu, na ilha Terceira, que já está em funcionamento um novo modelo de transporte marítimo de mercadorias nos Açores, na sequência do estudo promovido pelo Governo.

A governante falava na sessão de encerramento do Seminário dos Transportes “Transportes Marítimos: Impacto na Economia Açoriana”, promovido pela Câmara do Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo, na Praia da Vitória.

“Fizemos um estudo pragmático, que se debruçou sobre questões práticas, e passámos imediatamente à implementação de um novo modelo. Hoje já temos resultados concretos, como escalas semanais em todas as ilhas, mais equipamentos nos portos e ajustes na operação portuária”, declarou a governante.

E adicionou: “Já temos a implementação do cenário 2 e agora caminhamos, de forma progressiva e segura, para o cenário misto optimizado”.

A Secretaria Regional adiantou, igualmente, que o transporte marítimo, em especial o de mercadorias, “é um dos pilares estruturantes da economia, da coesão territorial e do funcionamento regular da Região Autónoma dos Açores”.

Berta Cabral destacou, contudo, que este é “um dos temas mais complexos da governação regional, onde não existem soluções mágicas e onde nunca poderão ocorrer disruptões que coloquem em risco o abastecimento público”.

A governante sublinhou ainda que, num arquipélago “fragmentado, ultra-periférico e sujeito a constrangimentos naturais permanentes”, o transporte marítimo de mercadorias vai muito além de uma mera operação logística.

E precisou: “É um serviço essencial, determinante para o abastecimento das ilhas, para a competitividade das empresas, para o controlo dos custos de contexto e para a estabilidade do mercado



interno”.

A Secretaria Regional recordou que, durante muitos anos, este sector enfrentou “irregularidade de escalas, assimetrias no serviço entre ilhas, falta de previsibilidade, constrangimentos operacionais e um modelo que nem sempre respondia às reais necessidades do tecido económico regional”.

Foi por isso que o Governo dos Açores promoveu uma mudança estrutural no modelo de transporte marítimo de mercadorias, “que tem dores de crescimento e que nunca poderá pôr em causa o serviço ou o abastecimento de qualquer ilha”.

Ao longo deste processo, frisou, o Governo “nunca abdicou de princípios basilares, como a regularidade, a previsibilidade, a cobertura territorial equilibrada e a eficiência operacional”.

A Secretaria Regional aproveitou a oportunidade para agradecer publicamente à Comissão Técnica Independente, constituída pelo Dr. João Carvalho, Eng. Ribeiro Pinto e Doutor Francisco Silva, pelo acompanhamento profissional, dedicado e imparcial da elaboração do estudo.

“Nos últimos anos avançámos com uma reorganização silenciosa, mas assertiva, sem provocar disruptões e privilegiando uma evolução segura e progressiva”, afirmou ainda.

Segundo a governante, a maior regularidade alcançada permitiu às empresas “planejar melhor a sua actividade, reduzir rupturas de ‘stock’, optimizar cadeias de abastecimento, diminuir custos indirectos associados à incerteza logística e valorizar a produção endógena”.

Em paralelo, o Governo dos Açores concretizou investimentos estratégicos na modernização de infra-estruturas portuárias, equipamentos e condições operacionais.

“Recuperámos atrasos históricos, reforçámos a capacidade instalada e criámos melhores condições de eficiência, segurança e fiabilidade no escoamento de mercadorias”, indicou.

Segundo Berta Cabral, já foram investidos pela Portos dos Açores, desde 2021, mais de 27 milhões de euros em equipamentos, com mais de 63 milhões actualmente em execução e previstos até 2028, onde se incluem mais dois rebocadores. No que diz respeito às infra-estruturas portuárias, os investimentos no mesmo período ultrapassam os 201 milhões de euros, havendo mais de 316 milhões em curso e previstos até final de 2028.

Berta Cabral salientou também o reforço da articulação entre os vários intervenientes públicos e privados, e destacou o “caminho de organização estrutural da operação portuária, com

uma adequada segregação de funções entre Autoridade Portuária e demais ‘players’ do sector, bem como uma maior articulação e optimização dos recursos disponíveis”.

A este propósito, lembrou que se encontra em curso o processo preliminar conducente à alienação das participações públicas nas empresas OperPDL, OperTER e OperTRI.

Por outro lado, a responsável sinalizou que também importa melhorar a articulação do tráfego local e da cabotagem insular com as cadeias logísticas nacionais e internacionais.

“Este factor é particularmente relevante para sectores exportadores e para empresas que dependem de matérias-primas importadas”, declarou.

“Hoje temos mais navios, mais ligações, maior previsibilidade, melhor eficiência nas operações e maior capacidade de resposta às necessidades das nossas populações. Estamos a reduzir assimetrias entre ilhas e a contribuir para uma maior equidade territorial”, declarou também.

Sobre o transporte marítimo de passageiros, Berta Cabral destacou a recuperação da Atlânticoline, “hoje uma empresa saudável e um exemplo para todo o Sector Público Empresarial dos Açores”, bem como a consolidação do modelo assente em Obrigações de Serviço Público, garantindo mobilidade interilhas com previsibilidade, responsabilidade financeira e adequação à procura real.

Berta Cabral concluiu reafirmando que o compromisso do Governo dos Açores passa por encarar o transporte marítimo como “uma política pública integrada, onde logística, economia, coesão territorial e sustentabilidade caminham lado a lado”.

“Continuaremos a investir onde é estratégico, a ajustar o modelo sempre que necessário e a trabalhar em estreita articulação com os operadores, as câmaras do comércio e os agentes económicos”, finalizou.

Candidaturas ao ESTAGIAR L e T na Administração Pública de 9 a 27 de Fevereiro

As candidaturas ao ESTAGIAR L e T na Administração Pública Central, Regional e Local decorrem em simultâneo para jovens e entidades de 9 a 27 de Fevereiro.

De acordo com o Despacho da Secretaria Regional da Juventude, Habitação e Emprego, Maria João Carreiro, publicado em Jornal Oficial, as candidaturas devem ser submetidas através da plataforma online empregojovem. azores.gov.pt.

Podem candidatar-se ao ESTAGIAR L jovens recém-diplomados no Ensino Superior (níveis VI, VII ou VIII do Quadro Nacional de Qualificações - QNQ) e ao ESTAGIAR T jovens recém-diplomados em cursos de qualifi-

cação dos níveis IV ou V do QNQ.

Os jovens integrados no ESTAGIAR auferem uma compensação pecuniária mensal no valor da Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG) na Região, majorado em 25% no caso do ESTAGIAR L e em 5% no caso do ESTAGIAR T.

Na Administração Pública Regional, a admissão de estagiários está sujeita a critérios de selecção, valoração e fórmula de avaliação final.

Na Administração Pública Central, a selecção dos candidatos compete única e exclusivamente à entidade promotora do projecto, devendo a entidade proceder à admissão do jovem até 27 de Fevereiro de 2026,



inclusive.

Os estágios iniciam-se a 1 de Abril e têm a duração de 12 meses, incluindo

um mês de descanso a gozar durante o 12.º mês de estágio, podendo ser prorrogados por mais três meses.